

INEP



MATERIAL DE LEITURA

MÓDULO 07

COMPETÊNCIA V



ATENÇÃO

O conteúdo presente neste material é **sigiloso** e não pode ser divulgado, distribuído, impresso ou utilizado para qualquer outra finalidade que não faça parte do objetivo específico do curso de capacitação. No caso de quebra de sigilo, a Fundação Getúlio Vargas aplicará todas as medidas legais cabíveis e desligará do processo a pessoa envolvida.

Alertamos também que o conteúdo pedagógico foi **atualizado e aprimorado**. O cursista deve estudar o material de forma cuidadosa, mesmo que tenha participado do curso de capacitação de 2018, para que possa assimilar as mudanças e ampliar seus conhecimentos.

SUMÁRIO DO CAPÍTULO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. A AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA V	5
2.1.A Competência V e sua relação com as Competências II e III.....	6
2.2.A Competência V e sua relação com os Direitos Humanos	7
2.3.A proposta de intervenção	9
2.4.Os elementos: ação, agente, modo/meio, efeito e detalhamento.....	11
3. GRADE ESPECÍFICA DA COMPETÊNCIA V	24
4. DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS	24
4.1. Nível 0 (nota 0)	25
4.1.1 Ausência de Proposta de intervenção ou cópia integral de proposta.	25
4.1.2 Proposta de intervenção que desrespeita os Direitos Humanos.....	27
4.1.3 Proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto.....	28
4.2. Nível 1 (nota 40)	28
4.2.1 Tangenciamento do tema.....	29
4.2.2 Elemento(s) nulo(s) ou um elemento válido.	30
4.3. Nível 2 (nota 80)	31
4.3.1. Dois elementos válidos.....	32
4.3.2 Caso Especial: Orações Condicionais.....	33
4.4. Nível 3 (nota 120)	34
4.5. Nível 4 (nota 160)	36
4.6. Nível 5 (nota 200)	37
5. COMPETÊNCIA III E COMPETÊNCIA V.....	39
6. CONCLUSÃO	41
7. REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

A prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) diferencia-se das provas de produção de texto dissertativo-argumentativo de outros exames porque exige a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema apresentado pelo tema, respeitando os direitos humanos. Essa proposição vai ao encontro do que promulgam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no que tange aos seguintes objetivos da formação do estudante: o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988; 1996).

É por meio da Competência V da Matriz de Referência para Redação do Enem que se verifica se o participante demonstra se ele construiu, ao longo de sua formação, conhecimentos para a produção de um texto em que, além de se posicionar de maneira crítica e argumentar a favor de um ponto de vista, propõe uma intervenção com o objetivo de solucionar o problema abordado por um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Ao discutir especificamente essa Competência, a própria Fundamentação Teórico-Metodológica do Enem aponta que ela trata da realidade e da “capacidade [do participante] de agir sobre e nessa realidade” (BRASIL, 2005, p. 94).

Assim, a Competência V determina que o participante deve “**Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos**” (BRASIL, 2016, p. 8), o que significa que, ao propor uma intervenção para o problema, o participante não deve ferir os direitos humanos. Dessa forma, o exame contempla princípios estabelecidos nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos ao solicitar que o participante demonstre uma forma de atuar na sociedade com ética e responsabilidade.

Neste módulo, estudaremos como a proposta de intervenção elaborada pelo participante deve ser avaliada no Enem 2019. A Matriz de Referência, ao tratar da Competência V, relaciona essa proposta com o tema da prova e com a discussão desenvolvida no texto do participante e estabelece, para sua avaliação, uma gradação em seis níveis de nota.

Com base nessa necessidade de gradação, na concepção da Matriz de uma proposta de intervenção muito bem elaborada e nos textos produzidos pelos participantes, estabelecemos, na Grade Específica para avaliação dos textos, que a proposta de intervenção deve apresentar 5 elementos básicos: a **ação**, o **agente**, o **modo/meio** de execução dessa ação, seu **efeito** e um **detalhamento**.

Nesse sentido, mesmo que o participante apresente muitas propostas de intervenção em seu texto, nosso objetivo é avaliar, dentre elas, **a mais completa** a partir desses elementos.

Para isso, é de extrema importância que a Grade Específica seja rigorosamente aplicada, com base na contabilização dos elementos, buscando garantir objetividade para o processo e, desse modo, uniformidade ao trabalho dos avaliadores, com justiça ao que foi apresentado pelo participante.

2. A AVALIAÇÃO DA COMPETÊNCIA V

A Matriz de Referência para Redação do Enem é o que pauta a construção da Grade Específica que será apresentada mais adiante e nos permitirá identificar o que compõe uma boa proposta de intervenção para um participante nesta etapa de escolaridade – Ensino Médio completo. Na Matriz, a divisão em seis níveis (de 0 a 5) considera, além da construção da proposta de intervenção em si, a sua relação com o tema e com a discussão desenvolvida no texto. No entanto, é preciso estar atento à forma como isso será cobrado de acordo com a Grade Específica, para que uma mesma característica do texto não seja penalizada em duas Competências diferentes.

Segue a descrição desses níveis pela Matriz de Referência:

COMPETÊNCIA V	
Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos	
0	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.
1	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
2	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
3	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
4	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
5	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

2.1. A COMPETÊNCIA V E SUA RELAÇÃO COM AS COMPETÊNCIAS II E III

Respeitando o conceito de unidade textual, a distribuição dos níveis estabelecida pela Matriz evidencia o estreito diálogo da Competência V com as Competências II e III, uma vez que a construção da proposta de intervenção necessariamente se relaciona ao tema, cuja abordagem é avaliada na Competência II, e à discussão desenvolvida no texto, aspecto avaliado na Competência III.

A partir da definição do que será avaliado como abordagem completa do tema e tangência ao tema, aspectos verificados pela Competência II, são estabelecidas algumas diretrizes para a avaliação da Competência V. É importante ressaltar que o que deverá ser considerado e avaliado na composição da proposta de intervenção pode variar em função do tema, como veremos no item 2.4. Além disso, casos específicos de desrespeito aos direitos humanos também podem ser direcionados pelo tema. Em 2018, por exemplo, foi necessário discutir aspectos ligados à liberdade de acesso à informação e comunicação para decidir se determinadas propostas de intervenção deveriam ser consideradas desrespeito aos direitos humanos ou não.

Essa relação entre as Competência II e V fica mais explícita quando se observa a gradação dos níveis na Grade Específica. Como veremos, o nível 0 da Competência V deve ser atribuído às redações com proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto. Já o nível 1 dessa Competência é atribuído às redações em que há proposta de intervenção e o texto é tangente ao tema – em outras palavras, a proposta de intervenção também é tangente ao tema. A partir do nível 2, o texto tem abordagem completa do tema, e, conseqüentemente, a proposta de intervenção também está relacionada ao tema.

Ao mesmo tempo, evidencia-se o diálogo da Competência V com a III por meio da articulação da proposta de intervenção com a discussão desenvolvida no texto. Como visto na Competência III, a relação entre as informações, os fatos e as opiniões que compõem o texto dizem respeito ao projeto de texto, que, necessariamente, compreende também a proposta de intervenção. Verifica-se, portanto, que a articulação entre a proposta de intervenção e a discussão do texto já é avaliada na Competência III. Se essa articulação for avaliada também na Competência V, um mesmo aspecto do texto será avaliado duas vezes, em duas Competências diferentes. Por esse motivo, justifica-se a decisão de que, para a Competência V, a articulação entre a discussão desenvolvida no texto e a proposta de intervenção é evidenciada pela relação desta com o tema, como exemplificaremos posteriormente pelas análises de redações, no item 4 deste Material de Leitura.

2.2. A COMPETÊNCIA V E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS

Deverão ser avaliadas no **nível 0** da Competência V **as redações que desrespeitarem, na proposta de intervenção, de forma explícita e deliberada, os direitos humanos** afirmados na Constituição da República Federativa do Brasil, seguindo as Diretrizes para Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta da ONU e a Declaração de Durban. Essa recomendação tem como base a descrição da Competência na Matriz de Referência para Redação do Enem.

É importante ressaltar que, na avaliação das redações, o que se considera desrespeito aos direitos humanos está fundamentado em princípios estabelecidos em documentos que possuem força de lei, ou seja, não é tão somente uma questão de ofender, exibir preconceitos ou fazer apologia à violência. Esses comportamentos podem ser considerados crimes, de acordo com o Código Penal Brasileiro.

Ressaltamos também que uma assertiva que desrespeite os direitos humanos só será considerada motivo para atribuição do nível 0 na Competência V quando for uma proposta de intervenção construída pelo participante, e não quando for uma constatação de opinião ou comportamento expressos por outrem. E que seja considerada como a expressão de uma perspectiva de outrem, isso deve estar explícito e claro. Por exemplo, em uma proposta de intervenção como *“Alguns grupos defendem que quem usa o controle de dados para manipular o usuário deve ter seu direito à liberdade de comunicação negado, porém a forma mais eficiente de resolver esse problema é informar os próprios usuários sobre a influência indireta que sofrem”*, a negação à liberdade de comunicação, que é uma forma de desrespeito aos direitos humanos, não é sugerida pelo participante, mas é apresentada como uma proposta sustentada por terceiros, portanto a redação não deverá ser avaliada no nível 0 da Competência V.

Para a avaliação das redações, são considerados os seguintes princípios norteadores dos direitos humanos, pautados no Artigo 3º da citada Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, o qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:

- **Dignidade humana;**
- **Igualdade de direitos;**
- **Reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades;**

- **Laicidade do Estado;**
- **Democracia na educação;**
- **Transversalidade, vivência e globalidade; e**
- **Sustentabilidade socioambiental.**

Assim, com relação ao tema de redação proposto na edição do Enem 2018, **“Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”**, foram consideradas propostas que desrespeitam os direitos humanos as que incitavam tortura e cárcere privado a pessoas que faziam o uso do controle de dados para a manipulação; que promoviam censura e vigilância em massa; que impediam a liberdade de acesso à informação e comunicação de qualquer pessoa ou grupo; e que negavam direitos humanos a qualquer pessoa. Já as propostas de intervenção que sugeriam algum tipo de regulamentação do controle de dados ou do uso da internet (por faixa etária ou por tempo, por exemplo) não foram consideradas desrespeito aos direitos humanos.

Seguem alguns exemplos de **desrespeito aos direitos humanos** encontrados nas redações produzidas pelos participantes:

1. *“Para reduzir essa manipulação em determinados locais deveriam ser cortados qualquer sinal de transmissão de internet assim reduziria a influência de certos dados no comportamento desses usuários.”*
2. *“Para prevenir o cidadão de tal erro, as publicações, reportagens, notícias e etc; deve-se fiscalizar antes da publicação e caso haja intervenção na notícia verdadeira ou censuras em ideias realistas, o publicador deve ser punido com 1 ano de cárcere privado, sem ter direito a se comunicar com nada ou com ninguém através da internet.”*
3. *“temos que aprimorar uma lei, pois que publicar notícias fakes sera preso ou taxado com multas recisorias, e também será excluído da sociedade.”*
4. *“Uma solução para o problema é privar a internet para pessoas leigas e analfabetas que se deixam levar por qualquer vídeo e foto vista”*
5. *“No Brasil às leis são ‘frágeis’, deveriam ser mais rigorosas, punir pessoas que fazem mal para outras pessoas. Quando digo punir, quero dizer deichá-lo preso sem direitos!”*
6. *“O caso é grave temos que punir esse tipo de uso com a propria morte.”*

2.3. A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Propor uma intervenção para o problema apresentado pelo tema significa sugerir uma iniciativa que busque, mesmo que minimamente, enfrentá-lo. É importante ressaltar que, considerando que os temas de redação do Enem normalmente abordam problemas sociais complexos, muitas vezes de difícil resolução, **as mais diversas formas de intervenção** serão consideradas para a avaliação, desde uma sugestão de combate até uma solução efetiva da questão em foco.

Para reconhecer a proposta de intervenção no texto, precisamos, então, identificar **as estruturas que explicitam um claro desejo do participante de indicar uma iniciativa que interfira no problema em questão**. É preciso ficar atento a certas estruturas que evidenciam o caráter interventivo, ou seja, que manifestam desejo de intervir em uma dada situação a fim de modificá-la. Algumas estruturas linguísticas evidenciam a intervenção e nos auxiliam na identificação dessa proposta. É o caso, por exemplo, do verbo modalizador “dever” ou ainda de algumas construções com o verbo “ser” + adjetivo, como “é necessário”, “é preciso”, “é importante” etc. Observe que, entre outras, essas estruturas revelam a capacidade do participante de propor algo. Uma estrutura como **“O Poder Legislativo propõe uma nova regulamentação do uso de dados”** apenas apresenta um fato, uma constatação, enquanto estruturas como **“O Poder Legislativo deve propor uma nova regulamentação do uso de dados”** e **“É necessário que o Poder Legislativo proponha uma nova regulamentação do uso de dados”** apresentam a intenção do participante de claramente propor uma intervenção.

Também é preciso estar atento a estruturas que, embora se assemelhem às anteriormente descritas, a exemplo daquelas iniciadas com o verbo “dever”, não serão consideradas propostas de intervenção por não expressarem um desejo do candidato de intervir na realidade. Isso ocorre em casos em que o participante traz para o texto trechos de leis ou citações que parecem indicar uma proposta, mas são constatações, justamente porque apenas reproduzem algo já posto, como ocorre em **“Conforme o Marco Civil da Internet de 2014, a liberdade deve ser preservada no ambiente da web”** e **“De acordo com o pensamento de Thomas Hobbes, o Estado deve garantir o bem-estar de todos”**.

Outro aspecto relacionado à proposta de intervenção a que devemos nos atentar é que ela não está localizada apenas no parágrafo de conclusão, como muitas vezes se imagina. Além de compor o que tem se chamado de “conclusão-solução”, ela pode ainda fazer parte da argumentação ou até mesmo da in-

trodução do texto. A proposta pode constituir todo um parágrafo ou aparecer “diluída” em mais de um parágrafo. Por isso, a avaliação deve ser feita, como nas outras Competências, com atenção ao texto todo, uma vez que o avaliador que deixar de fazê-lo corre o risco de cometer uma injustiça com o participante.

Há, ainda, mais uma consideração importante: alguns participantes, preocupados em garantir uma boa nota nesta Competência, elaboram listas de propostas de intervenção, por vezes até se afastando do caráter dissertativo-argumentativo que se espera do texto produzido. Esse procedimento, contudo, não garante a boa elaboração de uma proposta. Portanto, **atenção: os níveis de nota nesta Competência devem ser atribuídos em função da qualidade do que é elaborado, avaliado pela contagem de ELEMENTOS, e não em função da quantidade de propostas.**

Com o objetivo de interferir no problema apresentado pelo tema, a proposta de intervenção deve exprimir, minimamente, o que deve ser feito de maneira ativa. Nesse sentido, a **ação** é o elemento essencial, que auxiliará na identificação dessa proposta, ao qual se relacionam o **agente** indicado para executar essa ação, seu **modo/meio** de execução e seu **efeito**, pretendido ou alcançado, e um **detalhamento** de um dos elementos anteriores. Portanto, a proposta de intervenção **muito bem elaborada, de forma detalhada**, é aquela que apresenta esses **5 elementos**. Essa concepção de avaliação destaca os elementos que materializam, na superfície textual, a concretude e, na sua ausência, a vagueza da proposta de intervenção.

Dessa forma, **se o texto apresentar mais de uma proposta de intervenção, deve ser avaliada somente a mais completa delas.**

Além disso, se uma mesma proposta apresentar algum **elemento repetido** (dois agentes, ou dois efeitos, por exemplo), ele deve ser **contabilizado apenas uma vez.**

Vale ressaltar que, em todos os níveis, os elementos podem assumir as mais diversas formas, dada a heterogeneidade da língua. Isso não deve ser entendido como um problema em si, porém demanda atenção do avaliador para que seja feita a correta identificação dos elementos e sua justa contagem, conforme explicaremos ao longo deste módulo. Para uma avaliação da Competência V com uniformidade e isonomia, portanto, é importante conhecer melhor cada um desses elementos e verificar como eles se materializam nos textos.

2.4. OS ELEMENTOS: AÇÃO, AGENTE, MODO/MEIO, EFEITO E DETALHAMENTO

Como mencionado anteriormente, a ideia de concretude (não vagueza) que se espera de uma proposta de intervenção bem elaborada está ancorada em elementos explicitados textualmente, conforme explicado a seguir.

AÇÃO

Ação é o elemento que diz respeito à ação prática apontada pelo participante como necessária para a solução do problema apresentado pelo tema. É a partir da ação que reconhecemos a intenção de propor uma intervenção para o problema abordado e que os demais elementos se organizam. A pergunta a ser respondida a fim de identificar a ação é **“O que deve ser feito?”**.

São exemplos de **ações** os trechos destacados a seguir:

1. *“Portanto, o Governo Federal **deve criar mecanismos de proteção para as pessoas engajadas no ambiente digital**, como a fiscalização de dados pessoais, através de leis que atuem na proteção dos dados pessoais do indivíduo, a fim de combater manipulações as quais ponha em risco a segurança virtual.”*
2. *“Dessa forma, é necessário que o governo **crie leis rigorosas que regulamentem o uso de dados privados**, fazendo assim a proteção do direito de livre arbítrio do cidadão.”*
3. *“Portanto, para que haja um acesso mais fidedigno as informações **é importante haver uma conscientização do processo de programação do algoritmo.**”*
4. *“Já que ainda não há uma fiscalização e controle deste uso de dados, que seja eficiente, sem agredir os direitos humanos, **é importante o usuário da internet estar formado do senso crítico**, para ser capaz de julgar e escolher, diante de tudo o que oferecido nesse meio.”*

Na avaliação da proposta de intervenção, a **ação** equivale a **1 elemento válido**, desde que tenha caráter interventivo. Ações que se distanciam desse caráter serão consideradas **“elemento nulo”**, que se caracteriza por ser uma tentativa mínima de propor uma intervenção. Esse elemento não é contabilizado na contagem dos elementos válidos para atribuição de nível à proposta, pois se trata de uma ação normalmente pouco interventiva, muito genérica ou vaga.

São exemplos de **ações nulas**:

1. *"Infere-se, portanto, que **estes obstáculos devem ser superados de imediato, para que o mundo virtual seja um acesso melhor (...).**"*
2. *Portanto, **medidas são necessárias** para atenuar a problemática."*
3. *Portanto, **é necessário que o poder público tome uma medida, uma vez que este mecanismo detentor do controle de dados de usuários pode representar um alto risco tanto à segurança de uma parcela da população, quanto do próprio Estado.**"*

Há duas observações muito importantes sobre a nulidade da ação. A primeira diz respeito ao tema da redação e sua relação com a proposta de intervenção. É a partir do tema da redação que será definido o que deve ser considerado como ação válida e o que deve ser considerado como ação nula, portanto atualizações nesse aspecto podem ocorrer quando um novo tema de redação for trabalhado. Em 2018, ações de conscientização e de comportamento individual foram consideradas ações válidas, pois, ao ser instruído a discutir a "manipulação do comportamento do usuário", o participante poderia dar destaque à ideia de comportamento ou à ideia de usuário e, então, propor ações dentro desses campos.

A segunda observação se refere à aplicação do caráter de nulidade. Os exemplos do quadro acima serão considerados "elemento nulo" apenas quando se apresentarem como ação. Em alguns casos, eles podem ser admitidos como modo/meio, efeito ou detalhamento, como veremos adiante, porém, nessas situações, devem ser considerados elementos válidos, pois **o caráter de nulidade não se aplica ao modo/meio, nem ao efeito, nem ao detalhamento.**

AGENTE

Agente é o elemento que identifica o ator social apontado para executar a ação que se propõe. Para determinar o agente, o participante deve considerar o problema abordado pelo tema, sobre o qual se deseja intervir, e a ação apresentada. Apesar de os atores sociais variarem em função do tema e do problema, eles se enquadram em determinados níveis de ação: individual, familiar, comunitário, social, político, governamental e mundial. A pergunta a ser respondida para identificar o agente da ação proposta é **"Quem executa?"**.

Cabe aqui destacar que o agente não é, necessariamente, o sujeito da oração ou, simplesmente, o agente da voz passiva. Mais importante do que observar a função sintática dos elementos é atentar para os aspectos semânticos. Algumas vezes, inclusive, o agente e a ação podem estar em períodos ou até mesmo em parágrafos diferentes.

Seguem alguns exemplos de como o **agente** pode aparecer textualmente expresso:

1. *"(...) **os provedores de conteúdo** devem utilizar os filtros a fim de controlar a disseminação de informações falsas, falhas até criminosas, desestimulando a utilização dos recursos digitais para esta finalidade."*
2. *"Desse modo, é preciso ter uma fiscalização rígida **por órgãos competentes**, a fim de diminuir essa manipulação comportamental, dando mais livre escolha do usuário."*
3. *"Ademais, é importante que **o Estado, em parceria com as escolas** promovam palestras elucidativas a toda a população, visando ensinar o bom uso de tais ferramentas."*
4. *"Por tanto **nós** temos que ter pelo menos, um pouco mais de cuidado com a internet, pois ela é um perigo, muito grande, quanto para adultos, quanto para crianças, pois tem muitas pessoas que fingem ser quem não são e acabam sofrendo assédio sexual as pessoas que não sabem quem esta do outro lado (...)."*

Cabe reforçar que, na avaliação da proposta de intervenção, o **agente** equivale a **1 elemento válido**, independentemente de quantos ou quais deles sejam identificados em uma mesma proposta, como vimos no quadro anterior.

Quando o **agente** é expresso por termos que não permitem a precisa identificação do ator social indicado para a execução da ação, ele deve ser considerado "**elemento nulo**", o qual não é contabilizado na contagem dos elementos válidos para atribuição do nível da Matriz.

São **agentes nulo**:

1. *Alguém, ninguém, alguns, uns, uns e outros, você;*
2. *Verbo no modo imperativo – desde que não haja vocativo.*

Os agentes listados no quadro são considerados elementos nulos porque não conseguimos especificá-los. Por exemplo, ao usar o pronome “alguém”, o participante não define quem é o agente; há aí, claramente, a imprecisão desse ator e, portanto, a identificação de um agente elemento nulo.

É necessário observar, também, os casos comuns de agentes que, eventualmente, podem ser erroneamente identificados como nulos, mas são válidos, como “todos”, “as pessoas” e “nós” (nesse último exemplo, deve-se considerar tanto o uso do pronome quanto apenas o uso da desinência verbal de 1ª pessoa do plural). Ao analisar as redações, percebemos que tais agentes se aproximam mais de um ator social considerado bem definido (“a sociedade”). Assim, deve-se considerar “todos”, “as pessoas” e “nós” como se considera “a sociedade”, como um ator social preciso e, por isso, elemento válido.

ATENÇÃO!

Em 2019, o pronome “nós” e o uso da desinência verbal de 1ª pessoa do plural (sujeito oculto) passam a ser considerados elementos válidos na identificação do agente.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de **agentes nulos**:

1. *“Talvez a solução seja a autoconsciência, você deve fazer o filtro do que é realmente bom pra **você** e seus filhos, e não ser filtrado.”*
2. *“**Liberte-se** dessa manipulação de comportamento de usuarios que querem lhe controlá.”*

Para a correta avaliação do agente, deve-se:

- considerar apenas o agente textualmente marcado, ainda que oculto. Se o participante escreve, por exemplo, *“É necessário criar leis mais rígidas”*, não podemos determinar que o agente é “o Governo” ou “o Poder Legislativo” apenas por pressupor que são esses agentes que podem criar leis;
- considerar o agente que, embora não corresponda especificamente à ação proposta, relaciona-se a ela pelo campo semântico a que pertence. Por exemplo, em *“O Judiciário deve propor leis mais rígidas”*, por mais que saibamos que “o Judiciário” não é o agente mais competente para propor leis, e sim o Poder Legislativo, entendemos que, para um jovem concluinte do Ensino Médio, essas competências não estão muito claras. Garante-se, assim, a contabilização desse elemento.

IMPORTANTE!

Deve-se enviar ao supervisor, como ocorrência pedagógica, textos em que as propostas de intervenção apresentarem agentes absurdamente incompatíveis com a ação, como *“Os usuários devem sancionar leis para garantir a privacidade de seus dados na internet”*. Na amostra analisada, não foram encontradas propostas com esse tipo de ocorrência, mas, caso aconteça, é importante que o supervisor seja consultado.

MODO/MEIO

Modo/meio é o elemento que diz respeito à maneira e/ou aos recursos pelos quais a ação é realizada. Esse elemento dialoga com a exequibilidade, concretude e interventividade da ação, características indispensáveis à proposta de intervenção. A pergunta a ser respondida para identificar o modo/meio apontado é **“Como se executa/Por meio do quê?”**.

Na avaliação da proposta de intervenção, o **modo/meio** equivale a **1 elemento válido**, independentemente de quantos ou quais deles sejam identificados em uma mesma proposta. É importante lembrar que não existe modo/meio considerado elemento nulo.

São estruturas indicativas de **modo/meio**:

1. *“Portanto, para solucionar este impasse é importante que a mídia **por meio de exposições no meio digital**, garanta a ampla diversidade cultural e crie meios que impossibilite a difusão de dados pessoais, garantindo assim a minimização desta prática.”*
2. *“Dessarte, visando a uma sociedade brasileira em que os usuários desses serviços online estejam mais informados sobre a seleção de conteúdos e sobre a coleta de dados do que ele acessa, é necessário que o Ministério da Tecnologia promova campanhas de conscientização. **Alguns meios pelos quais isso pode ser alcançado são as próprias redes sociais, panfletos e propagandas e cartilhas de escola.**”*
3. *“Portanto, é necessário que os governos, aliados às multinacionais responsáveis pela fiscalização e gerenciamentos das redes sociais, demonstrem, **através de projetos, propagandas e palestras**, a influência indireta que os usuários sofrem. Isso teria como finalidade alertar as pessoas sobre os riscos do uso da internet.”*

4. *“A internet acaba sendo uma forte influência nas decisões das pessoas, tanto financeira, como no exemplo, quanto social (blogs, youtubers), como no meio educacional e, muitas vezes, nós não percebemos tal influência. Por isso, deve-se “pegar as rédeas” do que se quer ver na sua pesquisa, **seja desabilitando o registro de dados, seja sendo consciente por si.**”*

IMPORTANTE!

Devemos fazer clara distinção entre estruturas que expressam mais de um agente em conjunto e estruturas que expressam modo/meio. Observe os exemplos abaixo:

1. *“o Estado, **em parceria com as escolas**”*

2. *“o Ministério da Educação, **através da associação com as escolas públicas**”*

No primeiro exemplo, o trecho destacado deve ser considerado parte do agente, equivalente a *“o Estado **e escolas**”*. Já no segundo, o trecho destacado deve ser considerado modo/meio, porque há clara intenção do participante de indicar o modo pelo qual a ação será realizada, como em *“**por meio da associação com as escolas públicas**”*.

Ou seja, o participante, ao formular a proposta de intervenção, pode apresentar a mesma informação sob a forma de elementos diferentes. Em cada caso, o procedimento a ser seguido é identificar o elemento por meio da forma escolhida pelo participante para elaborá-lo.

Outro aspecto importante a ser observado é que **não serão consideradas modo/meio** construções indicativas da postura que se adota diante de uma determinada ação, como *“É mister que os usuários de internet sejam instruídos **de forma eficiente**”*. Embora esse tipo de construção expresse a circunstância de modo, ela não se relaciona à execução prática da ação e, por isso, não deve ser considerada modo/meio e, conseqüentemente, não é contabilizada como um elemento.

EFEITO

Efeito é o elemento que corresponde aos resultados pretendidos ou alcançados pela ação proposta. Ele pode vir expresso por meio de uma estrutura indicativa de finalidade, consequência ou conclusão. A pergunta a ser respondida para identificar esse elemento é **“Para quê?”**.

Na avaliação da proposta de intervenção, o **efeito** equivale a **1 elemento válido**, independentemente de quantos ou quais deles sejam identificados em uma mesma proposta. Tal como o modo/meio, não há efeito considerado elemento nulo.

São estruturas indicativas de **efeito**:

1. ***“É preciso criar leis para que empresas apenas colem os dados que são autorizados pelos usuários”.***
2. ***“Para combatermos tais censuras, precisamos buscar outras fontes informativas, além da internet, como jornais e televisões”.***
3. ***“A família deve fiscalizar o que os filhos fazem na internet, evitando possíveis problemas”.***
4. ***“Programas de televisão, rádio e jornais precisa promover propagandas com o objetivo de mostrar a importância de proteger dados pessoais”.***
5. ***“Neste sentido cabe ao Governo por meio do aumento da parcela de investimentos com prioridade, fiscalizar e punir instituições que utilizem essa estratégia de direcionamento através de multas e aumento na cobrança de impostos. Essa iniciativa tem a finalidade de propor o uso adequado das tecnologias descobertas durante e posteriormente, à Terceira Revolução Industrial”.***

É importante observar as possibilidades de localização do efeito na proposta de intervenção. É comum o participante iniciar a proposta de intervenção com esse elemento, normalmente com o indicativo de finalidade (exemplos 1 e 2 do quadro anterior). Não raro, porém, o efeito aparece no final da proposta, mas, nessa posição, além da finalidade, são comuns as construções indicativas de consequência e conclusão (exemplos 3 e 4 do quadro anterior).

Cabe, também, destacar que um mesmo efeito pode servir a várias propostas de intervenção. O avaliador deve estar atento a fim de verificar se, mesmo estando estruturalmente distante da proposta considerada mais completa (em outro período ou até parágrafo), o efeito pode estar semanticamente relacionado a ela, como ocorre no exemplo seguinte:

1. **“Para que a situação seja amenizada** o governo poderia construir projetos de conscientização sobre o uso de dados na internet. Especialistas organizar debates públicos sobre a privacidade na rede. As famílias orientar seus filhos a terem mais cuidados ao utilizar o ambiente virtual”.

Note que o exemplo anterior apresenta três propostas de intervenção e apenas um efeito, no início, que serve a todas elas.

DETALHAMENTO

Detalhamento é o elemento que acrescenta informações à ação, ao agente, ao modo/meio ou ao efeito. Ele tem papel fundamental para uma formulação mais concreta e mais elaborada da proposta de intervenção. Por esse motivo, damos ao detalhamento a mesma relevância dada aos demais elementos, pois todos cumprem o papel de completar a ação da proposta de intervenção. A pergunta a ser respondida para identificar o detalhamento é: **“Que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante?”**.

Vale lembrar que não há detalhamento considerado elemento nulo.

Cabe observar que, na proposta de intervenção, o detalhamento pode estar relacionado a uma ação ou a um agente considerado elemento nulo e, mesmo assim, ser contabilizado, pois a ação e o agente considerados elementos nulos não são inexistentes. Ou seja, embora não sejam contabilizados como elementos válidos, tais ações e tais agentes compõem uma proposta de intervenção e podem ter um detalhamento relacionado a eles. O detalhamento, por sua vez, é, justamente, um outro elemento, aquele que acrescenta informações à ação, ao agente, ao modo/meio ou ao efeito.

O detalhamento da **ação**, do **agente** e do **modo/meio** é variado, podendo se apresentar na forma de uma exemplificação, explicação, justificativa ou contextualização.

São exemplos do **detalhamento da ação**:

1. **“Por isso é muito importante que todos os usuários da internet pesquisem em diversas fontes diferentes, como por exemplo: vários sites, livros, jornais e etc, antes de tomar uma decisão importante”.** (Exemplificação)

2. **“Por fim, o indivíduo deve se atentar para não ser manipulado, afinal a internet tem o dever de informar e não de influenciar”.** (Justificativa)

São exemplos do **detalhamento do agente**:

1. *“Assim, é necessário que o Estado, **na condição de garantidor dos direitos individuais**, tome providências para mitigar esse problema”.* (Especificação)
2. *“Dessa maneira, urge que as grandes mídias sociais, **a exemplo, TV e jornais**, informem as pessoas a respeito da manipulação comportamental do controle de dados na internet por meio de campanhas em seus veículos”.* (Exemplificação)

São exemplos do **detalhamento do modo/meio**:

1. *“O Governo Central deve impor sanções a empresas que criam perfis de usuários para influenciar suas condutas, por via da instauração de Secretarias planejadas, para a atuação no ambiente digital, **uma vez que tais plataformas padecem de fiscalizações efetivas**, com o fito de minorar o controle de comportamentos por particulares”.* (Justificativa)
2. *“Portanto, medidas devem ser tomadas. O governo deve promover, mediante mídias influenciadoras, **como Rede Globo, SBT e Record**, campanhas a fim de conscientizar a população brasileira dessa manipulação”.* (Exemplificação)

Os exemplos estudados evidenciam que o detalhamento, como elemento, tem papel fundamental para uma formulação mais concreta e mais elaborada da proposta de intervenção. Quando identificamos um detalhamento, é preciso delimitá-lo como algo além do elemento a que está ligado, ou seja, uma informação a mais. Nesse objetivo, para além da identificação das estruturas gramaticais, como a estrutura oracional ou de nível sintagmático, temos de nos atentar para o aspecto semântico de cada elemento.

Já para a identificação do **detalhamento do efeito**, admitiremos apenas o **desdobramento do efeito**, ou seja, uma ampliação explícita do primeiro efeito. O participante deve deixar muito claro que se trata de um efeito diretamente atrelado a outro (ou seja, um efeito do efeito), e não de apenas mais um efeito independente. Para isso, esperamos o uso de algum marcador ou construção que garanta essa relação textualmente, como um operador argumentativo, por exemplo.

São exemplos do **detalhamento do efeito**:

1. *“No entanto, é importante também uma conciêntização nas escolas e uma intervenção do Estado através da criação de instituições que promovam palestras sobre o assunto. Dessa forma, espera-se que as pessoas tenham maior senso crítico, **diminuindo assim as influências e manipulações pelo controle de dados**”.* (Desdobramento explícito de um efeito dentro de uma mesma proposta)

2. *“Diante dos fatos supramencionados, é de grande valia que a Escola aliada à Família promova oficinas lúdicas em laboratórios de informática que versem sobre os desafios de analisar com criticidade dados mascarados pela rede e incentive debates familiares sobre o tema, com o intuito de fomentar o interesse do aluno pela participação na busca pelos fatos. Ainda, é imperioso que o Estado por intermédio da implantação de leis que proibam os servidores da rede de usar artifícios para priorizar informações selecionadas em detrimento das relevantes para o usuário, diminua o poder de manipulação da internet sobre o indivíduo, visando a mitigar a influência dos meios de comunicação na criticidade do usuário. **Assim, a sociedade seria capaz de libertar os ‘canários’ para que possam ver a realidade de maneira clara e verdadeira**”.* (Desdobramento explícito de efeitos de propostas diferentes, como uma consequência maior que resulta desses efeitos)

Para ficar mais clara **a distinção entre efeito e detalhamento do efeito**, comparamos exemplos que trazem, respectivamente, efeitos que são relacionados (quando há efeito do efeito) e que não são relacionados (quando não há detalhamento do efeito).

O exemplo a seguir apresenta detalhamento do efeito:

“O Governo, por meio do Ministério da Educação, deveria implementar matérias educativas sobre o uso do ambiente virtual, para que o estudante tire suas próprias conclusões sobre as informações que por aí circulam na rede, para que no futuro possa ser um cidadão bem instruído, com opinião forte e um respeitoso poder argumentativo.”

Nesse exemplo, temos um efeito da ação: *“para que o estudante tire suas próprias conclusões sobre as informações que por aí circulam na rede”*, que é o objetivo dessa ação, seu efeito pretendido. Em seguida, temos um segundo efeito, que seria decorrente do primeiro e, portanto, um detalhamento, caso a ação fosse posta em prática. Nesse caso, em que temos uma sequência de marcadores iguais (“para que”; “para que”), o detalhamento está explicitado por um marcador temporal (“no futuro”): *“para que no futuro possa ser um cidadão*

bem instruído, com opinião forte e um respeitoso poder argumentativo". Assim, percebemos que o segundo efeito é previsto como um desdobramento do primeiro, pois, uma vez que se alcance o efeito, *"que o estudante tire suas próprias conclusões sobre as informações que por aí circulam na rede"* (efeito), torna-se possível um efeito do efeito: *"possa ser um cidadão bem instruído, com opinião forte e um respeitoso poder argumentativo"*. Esse é o detalhamento do efeito esperado para a contabilização desse elemento.

Para comparação, analisaremos outro exemplo, no qual temos dois efeitos decorrentes da mesma ação, mas não relacionados:

"Contudo, devemos sempre estar atentos aos limites, para que os povos não percam suas essências e culturas e para que possamos ter a 'grande rede' como aliada a humanidade".

Neste caso, os efeitos *"para que os povos não percam suas essências e culturas"* e *"para que possamos ter a 'grande rede' como aliada a humanidade"* não estão relacionados de modo que o segundo seja explicitamente decorrente do primeiro; estão conectados apenas pelo coesivo "e", sem a textualização clara por parte do participante de uma estrutura que garanta que *"ter a 'grande rede' como aliada a humanidade"* seja um desdobramento do efeito de que *"os povos não percam suas essências e culturas"* – ou seja, nesse caso, não temos detalhamento do efeito, mas, sim, dois efeitos (contabilizando 1 elemento válido).

IMPORTANTE!

GERÚNDIO: normalmente, as orações reduzidas de gerúndio e sem conjunção demandam uma atenção maior por parte do avaliador, pois podem ser consideradas **efeito, modo/meio** ou **detalhamento**, dependendo do caso. Uma forma eficiente de perceber a diferença entre esses elementos é fazer as perguntas que os identificam.

1. *"A família deve fiscalizar o que os filhos fazem na internet, **evitando possíveis problemas**"*

O que deve ser feito? *"fiscalizar o que os filhos fazem na internet"*. (ação)

Quem executa? *"A família"*. (agente)

Como se executa?/Por meio do quê? Não sabemos.

Para quê? *"evitando possíveis problemas"*. (efeito)

Que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante? Não há.

A partir das perguntas, percebemos que o trecho destacado deve ser identificado como efeito, pois o uso do verbo “evitar” no gerúndio, nessa ocorrência, indica um objetivo da necessidade de diversas mudanças. Em outras palavras, o trecho destacado responde à pergunta PARA QUE são necessárias diversas mudanças – PARA evitar possíveis problemas.

2. *“Por isso, deve-se ‘pegar as rédeas’ do que se quer ver na sua pesquisa, seja **desabilitando o registro de dados, seja sendo consciente por si**”*

O que deve ser feito? *“pegar as rédeas’ do que se quer ver na sua pesquisa”.* (ação)

Quem executa? Não sabemos.

Como se executa?/Por meio do quê? *“desabilitando o registro de dados”; “sendo consciente por si”.* (modo/meio)

Para quê? Não sabemos.

Que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante? Não há.

O trecho destacado deve ser identificado como **modo/meio**, pois o uso dos verbos “desabilitar” e “ser” no gerúndio, nessa ocorrência, indica formas de realizar a ação de “pegar rédeas”, de controlar o conteúdo a que se tem acesso. Ou seja, o trecho responde à pergunta COMO será possível “pegar rédeas” do que se vê em uma pesquisa na internet – POR MEIO DA desabilitação do registro de dados e da própria conscientização.

3. *“No entanto, é importante também uma **conciência nas escolas e uma intervenção do Estado através da criação de instituições que promovam palestras sobre o assunto. Dessa forma, espera-se que as pessoas tenham maior senso crítico, diminuindo assim as influências e manipulações pelo controle de dados**”*

O que deve ser feito? *“uma consciência nas escolas”; “uma intervenção”.* (ação)

Quem executa? *“[d]o Estado”.* (agente)

Como se executa? Por meio do quê? *“através da criação de instituições que promovam palestras sobre o assunto”.* (modo/meio)

Para quê? *“Dessa forma, espera-se que as pessoas tenham maior senso crítico”.* (efeito)

Que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante? *“diminuindo assim as influências e manipulações pelo controle de dados”.* (detalhamento)

O trecho destacado deve ser identificado como **detalhamento** do efeito, pois o uso do verbo “diminuir” no gerúndio, nessa ocorrência, acrescenta um desdobramento do efeito, uma informação a mais sobre o efeito, reforçada pelo marcador “assim”. Ou seja, o trecho responde à pergunta QUE OUTRA INFORMAÇÃO sobre o efeito foi acrescentada pela participante – o aumento do senso crítico das pessoas (efeito) levará à diminuição das influências e manipulações pelo controle de dados (efeito do efeito, detalhamento).

Devemos lembrar que, assim como os outros elementos, o detalhamento deve ser contabilizado apenas uma vez.

Após conhecermos cada um dos elementos e observarmos como eles se manifestam textualmente, é importante saber, agora, como eles se distribuem pelos níveis de notas e analisar, a partir de redações dos participantes, como podem ser identificados.

3. GRADE ESPECÍFICA

A partir da identificação dos elementos que compõem a proposta de intervenção, foi estabelecida uma Grade Específica para a avaliação da Competência V.

COMPETÊNCIA V	
Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos	
Elementos: AÇÃO + AGENTE + MODO/MEIO + EFEITO + DETALHAMENTO	
0	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de proposta ou cópia integral de proposta OU• Proposta de intervenção que desrespeita os direitos humanos OU• Proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto
1	<ul style="list-style-type: none">• Tangenciamento do tema OU• Apenas elemento(s) nulo(s) OU• 1 elemento válido
2	2 elementos válidos
Estruturas condicionais com 2 ou mais elementos válidos não devem ultrapassar este nível	
3	3 elementos válidos
4	4 elementos válidos
5	5 elementos válidos

4. DESCRIÇÃO DOS NÍVEIS

Apresentados os **5 elementos** que servirão de critério para a atribuição dos níveis de 0 a 5 às propostas de intervenção, como visto na Grade Específica, precisamos, então, compreender como eles devem ser contabilizados por nível de nota.

Legenda para as marcações nas redações analisadas

	Proposta mais completa, aquela que é considerada para a atribuição do nível.
	Proposta menos completa ou pertencente a um texto tangente.

4.1 NÍVEL 0 (NOTA 0)

0

- Ausência de proposta ou cópia integral de proposta OU
- Proposta de intervenção que desrespeita os direitos humanos OU
- Proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto

Há quatro situações que permitem a atribuição de nível 0 à Competência V: o texto **não apresenta proposta de intervenção**; apresenta proposta **integralmente copiada** da Prova de Redação; **há desrespeito aos direitos humanos** na proposta de intervenção; ou a proposta **não está relacionada sequer ao assunto**.

4.1.1 Ausência de proposta de intervenção ou cópia integral de proposta

A primeira possibilidade de atribuição desse nível é quando o texto **não apresenta qualquer proposta de intervenção**. Já vimos como identificar a proposta no texto, no item 2.3. Logo, se a clara intenção do participante de propor algo não for identificada, ou seja, se o texto não apresentar uma proposta de intervenção, ele deverá ser avaliado no **nível 0** da Competência V. Veja o exemplo a seguir.

Exemplo 1

1	No mundo atual a internet é um dos principais me-
2	ios de comunicação e informação de mundo, onde
3	usuários tem informações daquilo que mais dese-
4	ja saber. O que observamos na internet tem mel-
5	ta influência no nosso comportamento.
6	As informações que adquirimos podem mudar nosso
7	ponto de vista sobre certas coisas. A ampla extensão
8	de informações é monitorada por um algoritmo, que
9	tem como função separar opiniões codificadas e apresen-
10	tar as que mais você se interessa. Como essas informã-
11	ções são filtradas e separadas é desconhecido, e quem
12	as mais informações ficam, melhor equipados estarão
13	para tomar decisões.
14	Tendo isso em vista, os conhecimentos que as redes
15	sociais nos fornecem pode facilmente mudar nossa
16	maneira de pensar e interagir com algumas coisas, e
17	até mesmo nossas escolhas.
18	
19	
20	

O texto anterior é avaliado no **nível 0**, porque **não apresenta proposta de intervenção**. Há abordagem completa do tema, pois o participante, no 2º parágrafo, afirma que o algoritmo filtra informações e opiniões, que podem nos influenciar, porém o participante faz apenas constatações ao longo do texto, não apontando que tal cenário deve ser mudado, nem o que deve ser feito para mudá-lo. Como não se expressa claramente, nesse texto, o desejo de propor algo para interferir, não identificamos a presença de uma proposta de intervenção.

ATENÇÃO!

Precisamos ficar atentos a um tipo comum de constatação: a “constatação de falta”, como ocorre em

“Podemos concluir que nesse universo digital não há uma plena liberdade. Isto é exatamente o que falta, liberdade sem que as pessoas sejam ‘incentivadas’ a fazer suas escolhas”.

Embora essa construção possa esbarrar na tentativa de apresentar uma proposta de intervenção, ela, sozinha, **aponta para um problema, não para sua solução**; por isso, não deve ser considerada uma proposta de intervenção. Note que essa construção aponta para o que falta, e o leitor é quem preenche essa lacuna, a partir da falta, com o que poderia ser a proposta de intervenção.

Exemplo: *“Falta liberdade para que as pessoas possam fazer suas escolhas”.*

Preenchimento do leitor: *“É necessário garantir a liberdade de escolha na internet”.*

Construções como *“É preciso garantir a liberdade de escolha”* e *“São necessários novos algoritmos que assegurem a liberdade de escolha”* são propostas de intervenção, **ao contrário da “constatação de falta”, porque apontam para a solução de um problema.**

A segunda possibilidade de atribuição desse nível é quando o texto **apresenta cópia integral da proposta de intervenção**, ou seja, uma proposta composta por trechos copiados do enunciado da prova ou dos textos motivadores. Assim, por não apresentar uma proposta elaborada pelo participante, o texto será avaliado no nível 0 da Competência V.

Ao detectar uma proposta copiada, é importante comparar o texto do participante e o da prova, pois, nos casos em que há elementos copiados justapostos a outros elaborados pelo participante, deveremos contabilizar aqueles que não foram copiados. Além disso, é preciso verificar se não há outra proposta no texto que possa ser avaliada. Na amostragem, não foram encontradas redações que tivessem apresentado cópia integral da proposta de intervenção.

4.1.2 Proposta de intervenção que desrespeita os direitos humanos

O **nível 0** também será atribuído a propostas que **desrespeitem os direitos humanos**, como é o caso do exemplo a seguir.

Exemplo 2

1	A internet obtém uma influência muito grande em nossa
2	vida pessoal e social. Ela influencia na ciência e na tec-
3	nologia inovando e transformando uma sociedade diferente.
4	A internet nos proporcionou criamos várias redes sociais e
5	sistemas de aplicativos.
6	Com a chegada das redes sociais veio também junto
7	muitos e diferentes crimes para a sociedade nas redes
8	sociais. Como, por exemplo, o preconceito racial nas
9	redes e na mídia, a pedofilia e a homofobia na
10	internet, etc. É com isso, as pessoas vítimas des-
11	tes acontecidos acabam ficando com medo do que pode
12	acontecer-las e ficam impossibilitadas de terem uma vida
13	melhor fora da internet.
14	Para acabar com estes crimes, deveria haver uma
15	lei, para esse tipo de crime, que ao invés de levar
16	só a prisão ou menos antes torturar esse tipo
17	de criminoso ou em casos mais graves levar a pena
18	de morte. Pois mesmo se com a prisão, depois de isso
19	esse criminoso não fazer novamente, mas com a
20	tortura junto ele não pensa nem duas vezes para
21	não fazer/praticar este crime novamente. Mas para
22	que esta lei seja executada, pessoas vítimas
23	destes crimes denuncie esses criminosos e pensem
24	por mais justiça e compaixão a mulher, a criança
25	ou também o negro/ negra vítima desta incompetên-
26	cia que chamamos de sociedade e de política. A
27	internet/redes sociais deveria ser aliado prisão,
28	para as pessoas, mas infelizmente acabamos sendo
29	vítimas de crueldades inabaláveis.
30	

Na redação acima, há tangenciamento do tema, portanto os níveis possíveis na Competência V são 0 e 1. A partir da leitura do texto, conclui-se que deve ser atribuído o **nível 0**, pois o participante apresenta uma proposta de intervenção, entre as linhas 14 e 21, que sugere a tortura como forma de enfrentamento dos crimes que ocorrem na internet, **desrespeitando, assim, os direitos humanos**.

Nas linhas 17 e 18, o participante sugere a aplicação da pena de morte para os casos mais graves, porém esse trecho não foi considerado desrespeito aos direitos humanos. Isso se deve ao fato de que, conforme exposto na *Cartilha do Participante 2018*,

“não caracterizam desrespeito aos DH as propostas de pena de morte ou prisão perpétua, uma vez que conferem ao Estado a administração da punição ao

agressor. Essas punições não dependem de indivíduos, configurando-se como contratos sociais cujos efeitos todos devem conhecer e respeitar em uma sociedade.”

É importante ressaltar que, devido à gravidade identificada no desrespeito aos direitos humanos, a identificação de uma proposta enquadrada nesse perfil deverá levar o texto a ser avaliado **sempre no nível 0 desta Competência**, independentemente da existência de outras propostas, na mesma redação, que não firam os direitos humanos.

4.1.3 Proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto

Por fim, as propostas de intervenção identificadas como **não relacionadas sequer ao assunto**, o que inclui aquelas totalmente incompatíveis com ele, também serão avaliadas no **nível 0**.

Se um texto for avaliado como “fuga ao tema”, é porque nem na proposta de intervenção foi identificada a abordagem temática; portanto, ele não é avaliado em qualquer uma das Competências. Porém, caso um texto avaliado na Competência II com abordagem completa do tema ou, pelo menos, como tangente apresente uma proposta de intervenção completamente alheia ao tema ou ao assunto, é preciso verificar, primeiramente, se não se trata de algum caso de “parte desconectada”, como vimos no Módulo 2 – Situações que levam à nota zero. Descartada essa hipótese, se ainda se considerar que a proposta não se relaciona sequer ao assunto, **o texto deve ser enviado ao supervisor para uma verificação mais detalhada**.

É importante lembrar que, caso o texto apresente outra proposta compatível, ela deve ser avaliada normalmente, mesmo apresentando menos elementos, ou seja, não sendo a mais completa.

No Enem 2018, não foi encontrado nenhum caso de proposta de intervenção não relacionada sequer ao assunto.

4.2 NÍVEL 1 (NOTA 40)

1

- Tangenciamento do tema OU
- Apenas elemento(s) nulo(s) OU
- 1 elemento válido

Há três situações para a atribuição do **nível 1** na Competência V: a proposta de intervenção pertencente a um **texto tangente**, aquela com **apenas elemento(s) nulo(s)** ou aquela com **apenas 1 elemento válido**. Veja os exemplos a seguir.

4.2.1 Tangenciamento do tema

Se um **texto foi considerado tangente** na Competência II, significa que a abordagem completa do tema não foi identificada nem mesmo na proposta de intervenção; portanto, caso apresente uma proposta com um ou mais elementos válidos, deve ser avaliado no **nível 1** na Competência V. Contudo, é preciso atenção, pois um texto tangente pode ainda: não conter proposta de intervenção; apresentar proposta que desrespeite os direitos humanos; apresentar proposta não relacionada sequer ao assunto – condições que levam à atribuição do nível 0 nesta Competência.

No exemplo a seguir, a proposta de intervenção, ainda que apresente três elementos válidos, encontra-se em um texto tangente por não apresentar o elemento “controle de dados”; por isso, enquadra-se no nível 1.

Exemplo 3

1	O uso da internet no dia a dia da
2	população, está mudando o comportamento dos
3	humanos, pois é um instrumento que muda a
4	maneira das pessoas se moverem e utilizarem.
5	Se uma criança não tem a quem falar
6	de um responsável nas redes sociais, ela
7	pode mudar a sua maneira de vestir, falar,
8	seus comportamentos podem ser diferente do seu
9	meio familiar. Porém sabemos que isso não ocorre
10	somente com crianças, jovens isso ocorre também
11	com os adultos.
12	Pois onde uma vez se conversava pessoalmente
13	com alguém hoje em dia é difícil conversar
14	com uma pessoa sem alguém mexendo no
15	celular ou quem dando atenção para a pessoa do
16	seu frente.
17	Apesar de tecnologia manipular as
18	pessoas ela tem algumas partes positivas pode
19	ser usada como ferramenta de trabalho,
20	estudo, aproximar um familiar que está
21	longe.
22	Com estes avanços quem tem que se
23	controlar é o homem, pois a tecnologia
24	vem tanto para te ajudar quanto para
25	manipular a sua vida.
26	
27	
28	

Nas linhas 22 a 25, temos três elementos válidos: o **agente** ("o homem"), a **ação** ("tem que se controlar") e o **detalhamento da ação**, uma explicação ("pois a tecnologia vem tanto para te ajudar quanto para manipular a sua vida"). Contudo, a proposta é avaliada no **nível 1**, porque **o texto é tangente**, por não trazer o elemento "controle de dados".

4.2.2 Elemento(s) nulo(s) ou um elemento válido

Se a proposta de intervenção se encontra em um texto que já apresenta abordagem completa do tema, devemos avaliá-la conforme sua construção a partir da variedade dos elementos que apresenta. Enquadra-se no **nível 1** dessa Competência a proposta de intervenção que apresenta **somente elemento(s) nulo(s) ou apenas 1 elemento válido**.

Exemplo 4

1	Nos últimos anos o acesso a internet tem se tornado
2	cada vez mais personalizado, no que condiz ao estilo de
3	vida de indivíduos. Basta apenas uma busca sobre determi-
4	nado assunto e, como num passe de mágica, sugestões e
5	propagandas referentes ao mesmo, aparecem nos seus nave-
6	gadores e aplicativos. Seria uma coincidência? Não! Trata-se
7	do algoritmo. Uma forma de captar e armazenar seus dados
8	e preferências, com intuito de usar estas informações para
9	canalizar e direcionar o conteúdo ao qual você tem acesso.
10	Seria esse ferramenta uma vantagem para o internauta,
11	ou apenas mais uma forma alienante de manipulação
12	das escolhas pessoais? Há de se ponderar sobre os limites
13	de atuação desse meio e até onde ele pode atuar quando
14	se trata da privacidade do usuário e sua liberdade de
15	escolha.
16	
17	
18	

Nas linhas 12 a 15, temos uma proposta de intervenção em que há **apenas 1 elemento válido: a ação** (“Há de se ponderar sobre os limites de atuação desse meio e até onde ele pode atuar quando se trata da privacidade do usuário e sua liberdade e escolha”).

Esse texto não se enquadra no nível 0, porque a proposta de intervenção aparece em um texto com abordagem completa do tema e não desrespeita os direitos humanos. Por outro lado, não se enquadra no nível 2, porque, para ser avaliado nesse nível, precisaria apresentar 2 elementos válidos, pelo menos.

4.3 NÍVEL 2 (NOTA 80)

2

2 elementos válidos

Estruturas condicionais com 2 ou mais elementos válidos não devem ultrapassar este nível

A proposta de intervenção avaliada no **nível 2** é aquela que apresenta apenas **2 elementos válidos** ou que, apesar de apresentar 2 ou mais elementos válidos, é escrita **por meio de estruturas condicionais**.

4.3.1. Dois elementos válidos

Veja o exemplo a seguir:

Exemplo 5

1	Informações sigilosas
2	Com o avanço da tecnologia e meios de comunicação,
3	se torna muito mais prático, encontra pessoas, e se
4	comunicar com elas, junto a isto, ganhama posse de diversas
5	informações pessoais, logo empresas e grupos prestadores
6	de serviços, tem tomado conta destas informações, para
7	aprimorar seus produtos e acompanhar o que está em
8	alta dentre o público alvo a ser atingido.
9	Atualmente é difícil encontrar alguém, principalmente um
10	jovem, que não tenha algum perfil social, se tornou a
11	nova documentação desta geração, entretanto a liberdade de
12	postar o que quiser, acaba expondo os usuários, e e
13	aí que entram as empresas e aplicativos.
14	No intuito de melhorar os serviços, (e) aplicativos e em-
15	presas exploram o perfil de cada consumidor, para sugere-
16	ri-lo novos produtos, novas marcas, novas ideias, induzi-lo
17	a consumir cada vez mais e divulgar o produto aos
18	seus próximos, Entretanto, invadem a privacidade, transportam
19	essas informações, e controlam as atividades dos donos
20	destes perfis, através de marketing e ideologias.
21	Em meu ponto de vista, não concordo que este
22	ato seja em um todo, "errado", pois a empresa
23	está fazendo um levantamento para evoluir o serviço
24	prestado, contudo, acredito que se deva ter uma
25	rigorosa fiscalização, das redes sociais e aplicativos,
26	sobre informações que podem ser disponibilizadas,
27	para assim, garantir uma melhor segurança e liberdade
28	de aos usuários.
29	
30	

Esse texto apresenta abordagem completa do tema e traz uma proposta de intervenção que se enquadra no **nível 2** por apresentar apenas **2 elementos válidos**. Entre as linhas 24 e 28, temos a **ação** ("que se deva ter uma rigorosa fiscalização, das redes sociais e aplicativos sobre informações que podem ser disponibilizadas") e o **efeito** ("para assim, garantir uma melhor segurança e liberdade aos usuários"). A proposta não se enquadra no nível 1 porque apresenta mais de 1 elemento válido e também não se enquadra no nível 3 porque, nesse nível, a proposta de intervenção deve apresentar 3 elementos válidos. Na proposta do Exemplo 5, faltou especificar o agente e o modo/meio de execução da ação; além disso, não há detalhamento de nenhum dos elementos, de forma que a essa redação foi atribuído o nível 2 na Competência V.

4.3.2 Caso Especial: Orações Condicionais

A proposta de intervenção construída a partir de uma **oração condicional** deve **ter sua nota limitada ao nível 2**. Dessa forma, ainda que apresente mais de 2 elementos válidos, essa proposta não pode ultrapassar esse nível. Vale destacar que, se tal proposta atender apenas às condições de nível 1, deve, então, receber a nota correspondente e, se desrespeitar os direitos humanos ou não for sequer relacionada ao assunto, deve ser avaliada no nível 0.

Exemplo 6

1	OS SISTEMAS DE APLICATIVOS E REDES SOCIAIS, CONSEGUEM POR
2	MEIO DAS ATIVIDADES E MOVIMENTOS DOS USUÁRIOS, ANALISAR SEUS
3	GOSTOS, E ASSIM MOSTRAR APENAS AQUILO QUE SATISFAZ ESSE
4	CONSUMIDOR.
5	O PROBLEMA É QUE ESSA FILTRAGEM PODE MANIPULAR NOSSA FOR-
6	MA DE PENSAR, CRIANDO UMA FALSA LIBERDADE NAS ESCOLHAS, QUE
7	NA MAIORIA DAS VEZES É FEITA SEGUINDO O SISTEMA.
8	MUITAS VEZES NÃO PERCEBEMOS A MANIPULAÇÃO DO COMPORTAMENTO,
9	PELO CONTROLE DE DADOS DA INTERNET, DANDO CADA VEZ MAIS IN-
10	FORMAÇÕES, E DEIXANDO AS MÍDIAS DECIDIREM O QUE DEVEMOS, OU
11	NÃO, VER.
12	AS REDES SELECIONAM NOTÍCIAS COM TÍTULOS RELEVANTES
13	OU SENSACIONAIS, MAS SE CADA VEZ MAIS NÓS TIVERMOS INFO-
14	MAÇÕES VERDADEIRAS E ESTIVERMOS MAIS POR DENTRO DA MÍDIA,
15	ESTAREMOS MAIS BEM EQUIPADOS PARA TOMAR NOSSAS PRÓPRIAS DE-
16	CIÇÕES.
17	
18	
19	

A redação do Exemplo 6 apresenta abordagem completa do tema e traz uma única proposta, escrita em **estrutura condicional**. Assim, apesar de a proposta entre as linhas 13 e 16 apresentar mais de 2 elementos válidos, o agente (“nós”), a ação (“*tivermos informações verdadeiras*”; “*estivermos mais por dentro da mídia*”) e o efeito (“*estaremos mais bem equipados para tomar nossas próprias decisões*”), o texto deve ser avaliado no **nível 2**.

IMPORTANTE!

Para efeito de uniformização, são consideradas propostas construídas a partir de orações condicionais aquelas que expressam, indubitavelmente, uma condição, por meio das orações subordinadas adverbiais condicionais desenvolvidas, com as conjunções próprias (“se”, “caso”, “desde que” etc.).

As estruturas reduzidas de gerúndio que possam se referir a uma oração condicional não serão avaliadas como tal, justamente pela classificação múltipla desse tipo de estrutura, que dá margem a outras interpretações. Por exemplo, a proposta *“Informando os usuários, iremos mudar essa situação”* deverá ser avaliada normalmente.

Além dessas construções, vale lembrar que apenas o uso de verbos no futuro do pretérito do indicativo não é suficiente para configurar o que esperamos para uma estrutura condicional. Por exemplo, a proposta *“O governo deveria orientar os usuários da web sobre o controle de dados no ambiente virtual”* deverá ser avaliada normalmente.

É preciso ficarmos atentos também ao fato de que não são todas as orações condicionais que apresentam uma proposta de intervenção. Para que seja efetivamente uma proposta interventiva, é preciso que ela expresse **o claro desejo do participante de sugerir algo para enfrentar o problema abordado pelo tema**. Isso não acontece, por exemplo, em orações condicionais que se referem a situações do passado: *“Se o Ministério da Educação tivesse investido mais na educação digital, a manipulação dos usuários na internet seria menos frequente”*.

4.4 NÍVEL 3 (NOTA 120)

3

3 elementos válidos

A proposta de intervenção avaliada no **nível 3** é aquela que apresenta apenas **3 elementos válidos**.

Veja o exemplo:

Exemplo 7

1	É indiscutível que a Revolução Industrial foi uma grande marca
2	que ficou mundialmente conhecida, desde a grande expansão
3	das máquinas desde então, a população vem enfrentando várias
4	problemáticas, como é o caso da manipulação do Internet para
5	com os usuários.
6	Em primeira plano é importante salientar que essa questão
7	ocorre pelos paradigmas atuais que vem persistindo, como
8	exemplo a comercialização de idios, a exposição de arquivos
9	e fotos privadas, onde indivíduos usam um dos maiores
10	meios de comunicação do mundo, como ferramenta para ati-
11	vidades irregulares, expõem assim a privacidade de inu-
12	meras pessoas.
13	Ademais, é primordial destacar também, que o mundo
14	virtual se transformou em uma máquina de manipula-
15	ção, visto que, os países seguem a qualquer custo tudo
16	aqueilo que o não mostra ao canto, é o padrão de vida,
17	a moda do momento e até mesmo a forma de como se
18	alimentar, colocando assim a vida de muitos em perigo.
19	Nessa forma, medidas para melhorar dessa problemática
20	devem ser tomadas. É função primordial de cada
21	indivíduo de verificar as notícias antes de seguir e função
22	também do poder público organizar palestras incentivadoras
23	em escolas, por fim de evitar situações constrangedoras e
24	graves, para inúmeras pessoas.
25	
26	
27	

Essa redação apresenta abordagem completa do tema e três propostas de intervenção; como as propostas mais completas apresentam **apenas 3 elementos válidos**, ela enquadra-se no **nível 3**. Há uma proposta mais completa, entre as linhas 20 e 24, que apresenta o **agente** (“cada indivíduo”), a **ação** (“verificar as notícias antes de seguir”) e o **efeito** (“afim de evitar situações constrangedoras e graves, para inúmeras pessoas”). Há, ainda, outra proposta mais completa, nas linhas 21 e 24, que apresenta o agente (“poder público”), a ação (“organizar palestras incentivadoras em escolas”) e o efeito (“afim de evitar situações constrangedoras e graves, para inúmeras pessoas”).

A proposta menos completa, nas linhas 19 e 20, apresenta a ação nula (“medidas [...] devem ser tomadas”) e apenas 1 elemento válido, o efeito (“para melhoria dessa problemática”).

Como vimos, as propostas mais completas não se enquadram no nível 2, porque apresentam mais de 2 elementos válidos, e também não se enquadram no nível 4, porque não apresentam um quarto elemento válido, como o modo/meio de colocar a ação em prática ou qualquer detalhamento relacionado a um dos elementos trazidos.

4.5 NÍVEL 4 (NOTA 160)

4

4 elementos válidos

A proposta de intervenção avaliada no **nível 4** é aquela que apresenta **4 elementos válidos**.

Exemplo 8

1	Atualmente a internet vem estando cada vez mais
2	presente na vida da população brasileira, com isso
3	aumenta-se a preocupação acerca da alienação dos
4	usuários dentro dela, por meio de algoritmos e sis-
5	-temas, visando a falsa liberdade de escolha, que
6	interfere diretamente no pensamento e no comper-
7	-tamento das pessoas.
8	Quando o usuário navega na internet, o sistema
9	captura os dados deixados por ele, e cria-se um perfil vir-
10	tual a qual esse usuário será sempre redirecionado, sobre-
11	-ndo-se disso, sempre que o usuário entrar na internet, o
12	sistema mostrará a ele o que ele provavelmente gostaria de
13	ver, mesmo não sendo isso o que o usuário procura,
14	devido a isso, acaba-se criando um sistema de alienação dentro
15	da internet, pois muitas pessoas acabam não sabendo sair
16	dessas bolhas de informação induzidas a elas.
17	Por conseguinte, quando o usuário é exposto a esse tipo de
18	informação, ele fica vulnerável ao ponto de ser manipulado
19	e com isso o sistema no qual ele navega, acaba tendo total
20	controle sobre ele, podendo moldar o seu pensamento e com-
21	-portamento a coisa de que lhe convém, interferindo de uma
22	forma oculta em suas escolhas, assim ferindo seu senso crítico
23	e a liberdade de expressão individual.
24	Portanto para não criar-se uma sistema na escolha in-
25	-dividualista do usuário, é dever do ministério da comun-
26	-icação criar uma regulamentação para os algoritmos e
27	sistemas que atuam no país, para que eles mostrem para
28	os usuários se eles querem ou não receberem sugestões
29	de navegação referentes ao seu perfil, na plataforma em que estão
30	essa medida diminuirá o controle dos algoritmos sobre os usuários.

Essa redação apresenta abordagem completa do tema e uma proposta que se enquadra no **nível 4**, porque apresenta **4 elementos válidos**. Entre as linhas 24 e 30, temos uma proposta com **agente** (“*ministério da comunicação*”), **ação** (“*criar uma regulamentação para os algoritmos e sistemas que atuam no país*”), **efeito** (“*para que eles mostrem para os usuários se eles querem ou não receberem sugestões de navegação referentes ao seu perfil, na plataforma em que estão*”) e, ainda, um **detalhamento do efeito** (“*essa medida diminuirá o controle dos algoritmos sobre os usuários*”). Há, ainda, um outro efeito (“*para não criar-se uma ruptura na escolha individualista do usuário*”), mas que não deverá ser contabilizado, pois o segundo efeito é acompanhado de detalhamento, ou seja, torna a proposta mais completa.

A proposta não se enquadra no nível 3, porque apresenta mais de 3 elementos válidos. Também não se enquadra no nível 5, porque não apresenta 5 elementos válidos – faltou apresentar o modo/meio.

4.6 NÍVEL 5 (NOTA 200)

5

5 elementos válidos

A proposta de intervenção avaliada no **nível 5** é aquela que apresenta **5 elementos válidos**. Veja o exemplo a seguir.

Exemplo 9

1	Hodiernamente, é comum na Internet sermos bombardeados por encenações de campanhas publicitárias enquanto navegamos
2	na internet, contendo produtos que coincidem com os gostos dos usuários usuários sob a alcunha de "indicados
3	para você" ou "tendências". Ao mesmo tempo sites de entretenimento e aplicativos filtram conteúdos que
4	não são direcionados para o próprio usuário. Nesse cenário é possível observar que a manipulação dos usu-
5	ários no sentido comportamental pelos controladores dos dados virtuais existe e pode ser prejudicial aos indivi-
6	duos e à sociedade, portanto, faz-se necessário avaliar possíveis causas, consequências e soluções para a
7	questão.
8	Em primeira análise cabe observar que em uma sociedade marcada pelo consumo e por rígido controle sobre
9	o tempo causados pela modernidade, de acordo com o sociólogo Simmel, o lazer e o entretenimento acabam
10	sendo muito valorizados; e com o advento da tecnologia, a internet ocupou prioritariamente esse espaço. Vista
11	que a população brasileira passa cada vez mais tempo conectada, as plataformas virtuais criam instrumen-
12	tos que estimulam e agilizam a interação que muitas vezes atropela as preferências individuais de ca-
13	da indivíduo criando tendências e moda que criam padrões uniformizantes às pessoas. Tal processo põe
14	em risco a própria individualidade do ser humano, uma vez que a sociedade tende a formar grupos
15	nos quais os indivíduos sentem-se na obrigação de integrá-los, excluindo aqueles que não o fazem.
16	Outro fator relevante para entender o perigo da manipulação dos usuários é observar a forma como
17	ela acontece. A dinamicidade do mundo virtual aliada ao acesso de entretenimento rápido e de fácil acesso
18	fazem com que os usuários de aplicativos móveis vejam tempo de permanência de horas sem perceberem que
19	está escasso, deixando margens para que os mesmos tenham acesso à dados pessoais que os imaginários
20	populares não confidenciam. Muitas vezes a falsa sensação de segurança vem de iniciativas como a Mer-
21	cekind da Internet que garante a confidencialidade dos dados pessoais, sem ter o conhecimento de que
22	realmente é e a que situações se aplicam, deixando os usuários vulneráveis à manipulação
23	de conteúdos e até mesmo de determinados ideais de caráter social ou político sem o consentimento do mesmo.
24	Então, cabe ao Estado o papel de promover campanhas publicitárias que alertem e conscientizem a po-
25	pulação sobre a importância sobre a informação dos produtos e serviços contratados virtualmente,
26	além de garantir a segurança dos dados bancários e pessoais dos usuários através de políticas
27	que exijam dos sites informações claras sobre o sigilo dos seus dados. Dessa forma, é inegável
28	que a manipulação do comportamento virtual da população será combatida salvaguardando
29	o direito ao lazer e ao entretenimento seguro garantido pela Constituição Brasileira de 1988.
30	

O Exemplo 9 traz um texto que apresenta abordagem completa do tema e traz duas propostas de intervenção, entre as linhas 24 e 29. A redação enquadra-se no nível 5, pois a proposta mais completa apresenta os **5 elementos válidos**: o **agente** ("o Estado"), a **ação** ("garantir a segurança dos dados bancários e pessoais dos usuários"), o **modo/ meio** ("através de políticas que exijam dos sites informações claras sobre o sigilo dos seus dados"), o **efeito** ("Dessa forma, é inegável que a manipulação do comportamento virtual da população será combatida") e o **detalhamento do efeito** ("salvaguardando o direito ao lazer e ao entretenimento seguro garantido pela Constituição Brasileira de 1988"). A segunda proposta, menos completa, apresenta 4 elementos: o agente ("o Esta-

do”), a ação (“promover campanhas publicitárias que alertem e conscientizem a população sobre a importância sobre a informação dos produtos e serviços contratados virtualmente”), o efeito (“Dessa forma, é inegável que a manipulação do comportamento virtual da população será combatida”) e o detalhamento do efeito (“salvaguardando o direito ao lazer e ao entretenimento seguro garantido pela Constituição Brasileira de 1988”).

5. COMPETÊNCIA III E COMPETÊNCIA V

Na seção 2.1 deste Material, foi apresentado o diálogo que a Competência V mantém com algumas das outras Competências. Com o intuito de tornar mais objetiva a avaliação da Competência V, dedicaremos atenção especial à relação que ela mantém com a Competência III, a partir da análise de um exemplo. A redação a seguir foi avaliada nas Competência III e V.

Exemplo 10

1	O uso da internet está cada vez mais abundante no Brasil.
2	Junto aos avanços tecnológicos, a manipulação de dados crescem
3	exponencialmente. Uma pessoa é moldada de acordo com seu pri-
4	meiro acesso a rede, que futuramente a priva de diversas notícias.
5	Primeiramente a internet funciona como um grande cérebro
6	artificial, nela deposita-se dados, os quais sejam de seu interesse,
7	essas informações são filtradas e armazenadas. Futuramente, inde-
8	pendente de qual plataforma foi realizado o acesso, te direcionará
9	para conteúdos semelhantes aos pesquisados. O que impacta direta-
10	mente de maneira negativa no avanço da tecnologia da internet,
11	pois, ao invés de mostrar o quão amplo o mundo cibernético
12	é, o restringe.
13	Em segundo lugar, moldar um padrão de um usuário pode
14	interferir diretamente na situação política de um país. Um
15	cidadão que apoie o partido X, nunca vai conhecer as
16	propostas do partido Y, ao mesmo que procure, pois o cérebro
17	artificial moldou um perfil para este usuário e seu
18	"feed-back" será repleto de notícias do partido X.
19	Segundo Steve Jobs, "A tecnologia move o mundo", portanto
20	é dever do Ministério de Comunicação em parceria com grandes pla-
21	taformas, como: Facebook e Google, tentáculos das trocas de informa-
22	ções, impulsionar uma melhoria na tecnologia para que estes filtros
23	de molde pessoal sejam extintos, por meio de um investimento
24	pesado por parte do Governo, com intuito de minimizar a manipu-
25	lação de dados.
26	
27	
28	

Essa redação apresenta abordagem completa do tema e foi avaliada em **níveis diferentes nas Competência III e V**. Na **Competência III**, a redação foi avaliada no **nível 3**, por apresentar um projeto de texto e desenvolvimento de algumas informações, fatos e opiniões.

No primeiro parágrafo, o participante apresenta o contexto de uso da internet no Brasil para introduzir o tema da prova; na sequência, ele descreve como se dá a manipulação pelo controle de dados e apresenta um exemplo desse uso, relacionando-o ao contexto político; por fim, apresenta uma proposta de intervenção para o problema da manipulação.

Um dos problemas dessa redação quanto ao projeto de texto e ao desenvolvimento das ideias, avaliados na Competência III, diz respeito ao pouco trabalho que o participante dedica à articulação entre sua argumentação e a proposta de intervenção. O participante apenas propõe, de uma forma mais genérica, a extinção dos filtros que promovem a manipulação do usuário, sem, por exemplo, retomar a questão política, que parecia ser importante em seu texto, já que foi escolhida para exemplificação. Além disso, no parágrafo da proposta, o participante traz uma frase de Steve Jobs, porém não a desenvolve, nem a articula dentro do que propõe como solução. Ele poderia, por exemplo, desenvolver a ideia de que é com a própria tecnologia que o problema pode ser resolvido, pois ela *“move o mundo”*.

Essas falhas da Competência III, que levaram o texto a ser avaliado no nível 3, não devem ser retomadas na avaliação da **Competência V**. Ao avaliar a proposta de intervenção para atribuir o nível na Competência V, devemos nos ater aos elementos que a compõem (ação, agente, modo/meio, efeito e detalhamento). Nessa Competência, a redação foi avaliada no **nível 5**, porque apresenta uma proposta de intervenção que apresenta os **5 elementos válidos**. Entre as linhas 19 e 25, temos uma proposta com **agente** (*“Ministério de Comunicação em parceria com grandes plataformas”*), **detalhamento do agente** (*“como: Facebook e Google”*), **ação** (*“impulsionar uma melhoria na tecnologia”*), **efeito** (*“para que estes filtros de molde pessoal sejam extintos”*) e **modo/meio** (*“por meio de um investimento pesado por parte do Governo”*). Há, ainda, outros 2 detalhamentos: segundo detalhamento do agente (*“tentáculos das trocas de informações”*) e detalhamento do efeito (*“com intuito de minimizar a manipulação de dados”*), mas que não deverão ser contabilizados, porque cada elemento deve ser contabilizado uma única vez.

Com o Exemplo 10, fica claro que cada uma das duas Competências considera a proposta de intervenção na avaliação de forma diferente. Na Competência III,

a proposta deve ser avaliada como uma das partes que compõem o projeto de texto, e deve-se verificar como ela se relaciona às demais informações apresentadas ao longo da redação; já na Competência V, ela deve ser avaliada por sua composição, ou seja, pela presença dos elementos que fazem parte de uma proposta de intervenção, sem considerar a relação entre ela e o restante do texto.

6. CONCLUSÃO

Vale a pena retomar que a proposta de intervenção do texto deve ser avaliada por sua composição a partir dos **5 elementos: agente; ação; modo/meio; efeito; e detalhamento** (que pode estar relacionado a qualquer um dos outros elementos).

- Agente (“quem?”): Quem executa a ação
- Ação (“o que deve ser feito?”): A ação proposta para intervir no problema
- Modo/Meio (“como?”/“por meio do quê?”): a maneira ou o recurso pelo qual se executa a ação.
- Efeito (“para quê?”): o objetivo/a finalidade/a consequência/a conclusão previstos ou alcançados.
- Detalhamento (“que outra informação sobre esses elementos foi acrescentada pelo participante?”):
 - uma justificativa, uma explicação, uma exemplificação, uma especificação ou uma justificativa relativa à ação e/ou ao modo/meio de execução e/ou ao agente;
 - um desdobramento do efeito, um efeito do efeito.

Agentes nulos (elemento nulo não é contabilizado na contagem dos elementos):

1. Alguém, ninguém, alguns, uns, uns e outros, você;
2. Verbo no imperativo – desde que não haja vocativo.

Ações nulas (elemento nulo não é contabilizado na contagem dos elementos):

1. Dar o primeiro passo
2. Medidas devem ser tomadas
3. Obstáculos precisam ser superados
4. É preciso fazer alguma coisa

7. REFERÊNCIAS

ABREU, R. N. Exercício da cidadania e direitos humanos – as funções da Competência V na redação do Enem. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (Orgs.) **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Cebraspe, 2016.

_____. Um olhar teórico, normativo e metodológico sobre a Educação em Direitos Humanos. In: GARCEZ, L. H. C.; CORRÊA, V. R. (Orgs.) **Textos dissertativo-argumentativos**: subsídios para qualificação de avaliadores. Brasília: Cebraspe, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

_____. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/ SEMTEC, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>>.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf.

_____. **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**: Fundamentação Teórico- Metodológica. Brasília: O Instituto, 2005. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/407>>.

_____. **Redação no Enem 2018**: cartilha do participante. Brasília: MEC/INEP/ DAEB, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf>.

EQUIPE TÉCNICA

Ana Laura Gonçalves Nakazoni

Carolina Barbosa Hebling

Deni Yuzo Kasama

Diogo Martins Alves

Giovana Dragone Rosseto Antonio

Giuliarde De Abreu Narvaes

Hélio De Oliveira

Isabel Cristina Domingues Aguiar

Jully Liebl

Kênia Machado Franco

Mahara Hebling

Mariana Masotti

Natália Alexandrino Rocha

Sidnei Francisco Soprano

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Tânia Cristina Arantes Macedo de Azevedo